

RETROCESSO SOCIAL: reforma laboral en España

(*) Antonio Baylos

O festejado Professor Antônio Baylos da Universidade Castilha La Mancha critica a reforma trabalhista espanhola, afirmando que a nova política trabalhista é sinônimo de mais precarização laboral ao atendimento dos interesses partrimonialistas do modelo econômico neoliberal globalizado. No entanto a cúpula do governo espanhol teima em reafirmar que a reforma trabalhista irá criar empregos e não mais do que falar. O Prof. Baylos sentencia com propriedade: Combater esse projeto é portanto decisivo.

Leia a entrevista do Professor Baylos publicada na nuevatribuna.es

CLAMOR INCESSANTE

A cúpula do governo espanhol é unânime em afirmar: La reforma laboral va a crear empleo

A reforma é menor poder de barganha coletiva, mais fácil o despedimento, mais capacidade de determinar unilateralmente pelo empregador, de todas as condições de trabalho, incluindo salários. Mais desregulamentação e menos união, menos direitos aos trabalhadores...

A reforma trabalhista criará empregos. É um clamor incessante. Em todos os membros do governo, começando com seu próprio presidente. Ele reiterou a cada momento o ministro que, exatamente, mudou o nome do seu trabalho substitui departamento ministerial (não) para o emprego (que vai reformar). Declara o candidato PP à presidência da região da Andaluzia que tem uma das maiores taxas de desemprego no país, observando que ele vai mudar e emprego. Enquanto isso, os presidentes eleitos mais famosos Comunidade Autónoma de Madrid e Castilla La Mancha, insistem que o novo quadro legal vai criar empregos e de seguro de confiança, e acompanhar essa previsão com alguns voleios contra os sindicatos, que têm a coragem de chamar protestos contra os cortes de bem-estar eo reformador lei, demonstrando que eles são "desatualizado, reacionária e anti-social". Reitero, entre sorrisos sinceros que às vezes se transformam em gargalhadas, os líderes da CEOE numa conferência de imprensa para elogiar as reivindicações padrão determinado e adicionais para a extrema limitação do direito dos trabalhadores à greve. O quadro legal resultante da RDL 3/2012 justifica-se porque vai criar empregos. Todos confiam nele. É verdade, não a curto prazo, mas destaca a Rajoy Presidente, irá lançar as bases para uma geração de emprego estável e seguro permanente em um futuro próximo.

Portanto, não é isso. É este um tópico tendência repetido por todos os meios de comunicação e formadores de opinião e de forma compacta por unanimidade louvando a decisão política do governo, que também atende às condições impostas pelas grandes nações europeias revalidado pelos mercados financeiros nos leilões de títulos. Não deve ser desencorajada por um longo tempo que temos vindo a ouvir o mesmo com outras vozes, menos enfáticas. Lei 35/2010 e as definições intermináveis conflitos em 2011 foram justificadas, porque essas regras criaria emprego ou pelo menos impedir a

destruição. Parecia o mesmo, mas não foi. Agora diz-se que essas reformas eram "tímida" e, portanto, não criaram empregos. Nada será o mesmo a partir de agora, porque este regulamento é mais incisiva, agiu "sem medo". A explicação é simples. A reforma é menor poder de barganha coletiva, mais fácil despedimento, mais capacidade de determinar unilateralmente pelo empregador, de todas as condições de trabalho, incluindo salários. Mais desregulamentação e menos união, menos direitos. Isso funciona melhor, ele constrói a confiança no negócio e eles vão contratar mais gente porque eles podem facilmente negar-lhes de baixo custo, e que ele realmente funciona como compulsão a trabalhar bem, sem desafiar as ordens do empregador, de forma submissa. É o relatório financeiro do RDL 3/2012 que tem como explicação de fundo da reforma.

Mas a abordagem não pode ser isso. Esta não é a disputa ou compartilham a crença num futuro melhor em que os trabalhos submissos e inseguros são abundantes, e que o trabalho é precário e mal pago para que todos possam trabalhar. O problema é que a dimensão política do trabalho não é sequer mencionado nestes discursos, e que a meta de criação de emprego é desvinculada de qualquer consideração da democracia. É a Constituição, o mais negligenciado nesta conta a realidade que hoje o poder econômico e político que a torna tão esmagadoramente expressa de maneira uniforme em todas as mídias. Agora você pode pensamento neoliberal triunfante não gosta da Constituição de 1978 está inserido na tradição de europeus constituições sociais que surgem após a derrota do fascismo, como pode ser incomodado com o reconhecimento do trabalho como elemento central da coesão social e política da empresa fazer. Isso significa que a Constituição reconhece direitos sindicais e de negociação coletiva - de estabelecer a sua força vinculativa - e à greve, os direitos dos trabalhadores individuais, um salário mínimo e jornada de trabalho, saúde e segurança trabalho, formação profissional, mas acima de tudo, o direito ao trabalho, que é central para os direitos constitucionais do estatuto especial dos proprietários. O direito ao trabalho requer que ninguém pode ser privado deste direito sem justa causa, na sequência de um certas formalidades e sob o controle judicial de sua legitimidade. Junto com estes outros direitos são colocados a partir da presença do Estado social, que exige muito decommodify das necessidades sociais e proporcionar um conjunto de serviços sociais suficientes e manutenção de serviços públicos essenciais. Educação e saúde, serviços sociais e de segurança social, para garantir a dignidade dos cidadãos dos elementos centrais de reprodução social e ação direta do Estado no sentido de um nivelamento progressivo das disparidades económicas, condições culturais e sociais da realidade material do coisas que determina a existência real dos indivíduos.

A resolução deste projeto é, portanto, crucial

Este é o quadro institucional que molda a democracia. A democracia não pode se identificar com a votação ao público sobre as opções políticas a cada quatro anos, entendendo que as condições materiais da criação e distribuição de riqueza e organização do trabalho em um sistema complexo de produção de bens e serviços num mercado global deve ser atribuída exclusivamente à vontade dos sujeitos econômicos. Que conta antiga que corta a política eo dinheiro, representação eleitoral e apropriação do trabalho alheio, a política pública e de mercado, é um pouco incompatível com o sistema espanhol democrática. Para este sindicato e as associações empresariais são temas que compõem o sistema político definido como democrático, para que você não pode reconhecer esta forma política sem a presença - e participação real - dessas formas

de organização de interesses econômicos e de relevância social e poder normativo . Relações de trabalho são expressos como direitos gerados pelo Estado ou por norma coletiva. O quadro institucional das relações de trabalho e orçamentos mínimos - número máximo de horas, salário mínimo, saúde e segurança no trabalho - que define o estado padrão, condições de emprego estão confiantes em nosso sistema de negociação coletiva, que "força vinculativo "é garantida pela Constituição em estreita relação com a validade do princípio da autonomia coletiva e ação sindical coletiva comércio. A empresa não está em uma democracia, um país imune às relações de poder e desigualdade material de origem econômica e social. Ao contrário, é um espaço em que o poder privado exercida sobre o empregador, que deve ser controlado e pode ser negociado em suas decisões gerais ou específicas por parte dos trabalhadores como uma expressão de classificação de grupos de interesse. A negociação coletiva é o método de regulação e governo empresarial-espaço, e não a vontade unilateral do empregador de alterar unilateralmente os salários e as condições de trabalho. A empresa não pode ser imune aos direitos fundamentais, nem se pode defender a arbitrariedade ea violência decorrente do círculo de poder de tributar as pessoas que trabalham.

E tudo isso não é contrário ao emprego. A democracia não é uma declamação retórica e não pode ser anulada pela dimensão coletiva e as garantias individuais de trabalho para um mercado de trabalho que só funciona bem se você está desregulado e protege de um empregador autoritários grupos incontrolados. Há um trabalho sob a extrema violência do poder privado sobre as pessoas. A resolução deste projeto é, portanto, crucial. A mobilização social é fundamental para isso. Amanhã há uma primeira manifestação dessa rejeição do projeto antidemocrático de relações industriais, para essa matéria, é contrária a um emprego estável e de qualidade. Haverá muitos que compartilham dessa rejeição. Há muito o que falar ainda, e nossas palavras não será cobrada com significado.

Versão em Espanhol:

La reforma laboral creará empleo y no hay más que hablar

La reforma supone menos poder contractual colectivo, más facilidad para el despido, más capacidad de determinación unilateral por el empresario de todas las condiciones de trabajo, incluso las salariales. Más desregulación, menos sindicato, menos derechos

La reforma laboral va a crear empleo. Es un clamor incesante. En todos los miembros del gobierno, comenzando por su propio presidente. Lo reitera a cada instante la ministra que, justamente, ha cambiado el nombre de su departamento ministerial sustituyendo el trabajo (que no hay) por el empleo (que creará la reforma). Lo afirma el candidato del PP a presidente de la comunidad andaluza que tiene una de las tasas de paro más altas del país, señalando que con él llegará el cambio y el empleo. Por su parte las más famosas presidentas electas de Comunidad Autónoma, de Madrid y de Castilla La Mancha, insisten en que el nuevo marco legal generará empleo y confianza, y acompañan este pronóstico seguro con algunas andanadas contra los sindicatos, que tienen la desfachatez de convocar movilizaciones contra los recortes sociales y contra la ley reformadora, demostrando así que son "anticuados, reaccionarios y antisociales". Lo reiteran, entre francas sonrisas que a veces se convierten en sonoras carcajadas, los dirigentes de la CEOE en rueda de prensa de elogios decididos a la norma y de reivindicaciones adicionales para la limitación extrema del derecho de huelga de los

trabajadores. El marco legal resultante del RDL 3/2012 se justifica porque creará empleo. Todos confían en ello. Es cierto que no a corto plazo, pero, subraya el presidente Rajoy, pondrá las bases para un marco estable y seguro de generación permanente de empleo en un futuro inmediato.

Así que no hay más que hablar. Es éste un trend topic repetido por todos los medios de comunicación y los creadores de opinión que elogian unánime y compactamente el decisionismo político del gobierno, que cumple además con las condiciones fijadas por las grandes naciones europeas revalidadas por los mercados financieros en las subastas bursátiles. No nos debe desanimar que durante un largo tiempo hayamos estado escuchando lo mismo con otras voces, menos enfáticas. La Ley 35/2010 y los interminables ajustes contradictorios del año 2011 se justificaban porque estas normas crearían empleo o al menos impedirían la destrucción del mismo. Parecía lo mismo pero no lo era. Ahora se dice que estas reformas eran “tímidas” y que por eso no se han creado empleo. Nada será lo mismo a partir de ahora, porque esta regulación es más incisiva, se ha actuado “sin miedo”. La explicación es sencilla. La reforma supone menos poder contractual colectivo, más facilidad para el despido, más capacidad de determinación unilateral por el empresario de todas las condiciones de trabajo, incluso las salariales. Más desregulación, menos sindicato, menos derechos. Así se trabaja mejor, se genera confianza en los empresarios y estos podrán contratar a más personas porque pueden despedirlas fácilmente y a bajo coste, y ese mismo hecho funciona como compulsión a trabajar bien, sin objetar las órdenes del empresario, sumisamente. Es la memoria económica del RDL 3/2012 quien lo sostiene como explicación de fondo de la reforma.

Pero el enfoque no puede ser éste. No se trata de rebatir o de compartir la creencia en un futuro mejor en el que los empleos sumisos y precarios sean abundantes, y que el trabajo sea inseguro y mal remunerado para que todos puedan trabajar. El problema es que la dimensión política del trabajo no es ni siquiera mencionada en estos discursos, y que el objetivo de creación de empleo se desvincula de cualquier consideración democrática. Es la Constitución la gran olvidada en esta narración de la realidad que el poder económico y político hace que se expresa hoy de manera abrumadoramente uniforme en todos los medios de comunicación. Es posible que al pensamiento neoliberal hoy triunfante no le guste que la Constitución de 1978 se inserte en la tradición de las constituciones sociales europeas que surgen tras la derrota de los fascismos, como posiblemente le moleste el reconocimiento del trabajo como elemento central de cohesión social y política de la sociedad que efectúa. Eso significa que la Constitución reconoce los derechos sindicales y colectivos, negociación colectiva – de la que se establece su fuerza vinculante – y huelga, los derechos individuales del trabajador, a un salario digno y a una jornada de trabajo, a la salud y seguridad en el trabajo, a la formación profesional, pero ante todo el derecho al trabajo, que es central en la configuración constitucional de los derechos cualificados por la posición social de sus titulares. El derecho al trabajo exige que nadie puede ser privado del mismo sin justa causa, siguiendo unas determinadas formalidades y bajo el control judicial de su legitimidad. Junto a estos derechos se colocan otros derivados de la presencia del Estado social, que obliga a desmercantilizar una buena parte de las necesidades sociales y a ofrecer un conjunto de prestaciones sociales suficientes y de mantenimiento de servicios públicos esenciales. Educación y sanidad, seguridad social y servicios sociales, permiten garantizar la dignidad del ciudadano en los elementos centrales de la reproducción social, y orientan la acción del Estado hacia una progresiva nivelación de

las desigualdades económicas, culturales y sociales existentes en la realidad material de las cosas que condiciona la existencia concreta de las personas.

Combatir este proyecto es por tanto decisivo

Este es el marco institucional que configura la democracia. La democracia no puede identificarse con la consulta electoral a los ciudadanos sobre opciones políticas cada cuatro años, entendiendo que las condiciones materiales de creación y distribución de la riqueza y la organización del trabajo en un sistema complejo de producción de bienes y servicios en un mercado globalizado debe confiarse exclusivamente a la voluntad de los sujetos económicos. Esa vieja consideración que escinde política y dinero, representación electoral y apropiación de trabajo ajeno, orden público y mercado, es algo incompatible con el sistema democrático español. Para éste sindicatos y asociaciones empresariales son sujetos que configuran el sistema político definido como democrático, de forma que no se puede reconocer esta forma política sin la presencia - y participación real - de estas formas de organización de intereses económicos y sociales con relevancia y poder normativo. Las relaciones de trabajo se expresan como derechos subjetivos creados por la norma estatal o colectiva. El marco institucional de las relaciones laborales y los presupuestos mínimos - jornada máxima, salario mínimo, salud y seguridad en el trabajo - lo fija la norma estatal, las condiciones de trabajo y empleo son confiadas en nuestro sistema a la negociación colectiva, cuya "fuerza vinculante" es garantizada por la constitución en estrecha relación con la vigencia del principio de autonomía colectiva y de acción sindical colectiva. La empresa no es, en democracia, un territorio inmune a las relaciones de poder y de desigualdad material de origen económico y social. Es por el contrario un espacio en el que el poder privado sobre personas que ejerce el empresario debe estar controlado y puede ser negociado en sus decisiones generales o específicas por los trabajadores como expresión de un interés colectivo subalterno. La negociación colectiva es el método de regulación y de gobierno del espacio-empresa, y no la voluntad unilateral del empresario que altere unilateralmente las condiciones salariales y de trabajo. La empresa no puede ser inmune a los derechos fundamentales, ni se puede amparar la arbitrariedad y la violencia que se derive de ese círculo de autoridad y de imposición sobre las personas que trabajan.

Y todo ello no es contrario al empleo. La democracia no es una declamación retórica y no cabe oponer la dimensión colectiva y las garantías individuales de empleo a un mercado de trabajo que sólo funciona bien si está desregulado y ampara un poder autoritario del empleador sin controles colectivos. No cabe un empleo bajo la violencia sin límites del poder privado sobre las personas. Combatir este proyecto es por tanto decisivo. La movilización social es determinante para ello. Mañana hay una primera manifestación de este rechazo a un diseño antidemocrático de las relaciones laborales que, por eso mismo, es contraria a un empleo estable y de calidad. Allí estaremos muchos que compartimos ese rechazo. Hay mucho que hablar todavía, y nuestras palabras no dejarán de estar cargadas de sentido